

Excelentíssimo Senhor Senador Hélio José, Relator da Comissão Parlamentar de Inquérito da Previdência,

Em atenção ao Ofício nº 138/2017- CPIPREV

Ref. Solicitação de prorrogação de prazo para resposta aos questionamentos pela Comissão Parlamentar de Inquérito da Previdência Social – CPIPREV, em Audiência Pública em 29.06.2017.

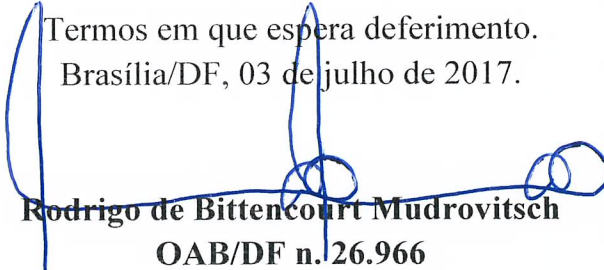
MARCHESAN IMPLEMENTOS E MÁQUINAS AGRÍCOLAS TATU S.A (“**Marchesan**”), inscrita no CNPJ sob o n. 52.311.289, com sede na Av. João Marchesan, 1979- Jardim Pereira, Matão/SP, CEP 15994-900, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por seu advogado (doc. n. 1), expor e requerer o que se segue:

1. - Na 6ª reunião da comissão, ocorrida em 16.05.2017, restou apreciado e aprovado o Requerimento nº 138/2017, de autoria de Vossa Excelência, que deliberava pela convocação de representantes de indústrias para colaborarem com os trabalhos desenvolvidos por esta CPI da Previdência (“CPIPREV”), *in verbis*:

“Requeiro, nos termos do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam convidados a prestar esclarecimentos perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito da Previdência Social (CPIPREV) representantes das cinco indústrias maiores devedoras da Previdência Social, conforme relatório da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (“PGFN”).”

2. - Em audiência pública realizada em 29.06.2017, a Marchesan prestou esclarecimentos perante a CPIPREV por meio de seu representante, Sr. Benedicto Celso Benício Júnior. Ao final da aludida audiência, Vossa Excelência formulou questionamentos à companhia (doc. n. 2), solicitando a apresentação de resposta por escrito até a próxima segunda-feira, dia 03.07.2017.
3. - Contudo, em razão da complexidade das informações solicitadas e da quantidade dos documentos a serem levantados, requer-se a prorrogação do prazo por mais 20 dias, possibilitando à Companhia o atendimento e devida instrução das respostas solicitadas por esta Comissão Parlamentar de Inquérito até o dia 24.07.2017.
4. - Sendo o que cumpria informar, a Marchesan externa os seus mais elevados protestos de estima e consideração pela pessoa de Vossa Excelência.

Termos em que espera deferimento.
Brasília/DF, 03 de julho de 2017.


Rodrigo de Bittencourt Mudrovitsch
OAB/DF n. 26.966

DOC. 01

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular, **MARCHESAN IMPLEMENTOS E MÁQUINAS AGRÍCOLAS TATU S.A.**, inscrita no CNPJ sob o n. 52.311.289/0001-63, com sede na Av. Marchesan, 1979, Distrito Industrial, Matão/SP, CEP 15994-900, neste ato representada na forma de seu estatuto social, nomeia e constitui como seus procuradores os Srs. **Rodrigo de Bittencourt Mudrovitsch**, brasileiro, inscrito na OAB/DF sob o nº 26.966; **Felipe Fernandes de Carvalho**, brasileiro, inscrito na OAB/DF sob o nº 44.869; **William Pereira Laport**, brasileiro, inscrito na OAB/DF sob o nº 44.568; **Luís Ernani Santos Pereira Filho**, brasileiro, inscrito na OAB/DF sob o nº 48.609; **Thainah Mendes Fagundes**, brasileira, inscrita na OAB/DF sob o nº 54.423; todos integrantes da sociedade de advogados **MUDROVITSCH ADVOGADOS**, inscrita na OAB/DF sob o n. 2037/12, com sede na SHIS, QI 3, Conjunto 6, Casa 25, Brasília, Distrito Federal, CEP 71.605-260, e **Benedicto Celso Benício Júnior**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/SP sob o nº 131.896; **Camila de Camargo Vieira Altero**, brasileira, inscrita na OAB/SP sob o nº 242.542; **Larissa Taveira**, brasileira, inscrita na OAB/SP sob o nº 352.233, todos integrantes da sociedade de advogados **BENÍCIO ADVOGADOS ASSOCIADOS**, com endereço profissional na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 105, 13º andar- Ed. Berrini One, CEP 04571-010, para o fim de atuarem profissionalmente, outorgando-lhes os poderes da cláusula "*ad judicium et extra*", para a defesa de seus interesses e de seus funcionários e sócios nos autos da Comissão Parlamentar de Inquérito no Senado Federal, destinada a investigar supostas irregularidades envolvendo a previdência social, originada do Requerimento de Instituição de CPI nº 161/2017, denominada "CPI da Previdência", e tudo mais que for necessário para o bom e fiel cumprimento do presente mandato.

Matão (SP), 27 de junho de 2017.

MARCHESAN IMPLEMENTOS E MÁQUINAS AGRÍCOLAS TATU S.A.

Silvio Peruquetti
Diretor

Tiago Eduardo Schimicoski
Procurador



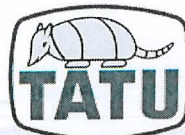
NOTAS E PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS
Tabelião: Tarciso Alves Ponciano Nunes
Rua José Bonifácio, 1171 Centro - CEP 15990-040 - Tel.: 3384-9276 / 3384-9824

Reconhecido por semelhança a(s) firmas de: SILVIO PERUQUETTI (17459)
TIAGO EDUARDO SCHIMICOSKI (1848). Dou fe...
Matão - SP, 27 de junho de 2017 Em Test: da verdade.
LARISSA PAIOLA MARQUES NOURA MORENO - ESCRIVENTE
Valor Unitário: R\$ 5,93 Qtd. Firmas: 2 Valor Total: R\$ 11,86
VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE



MARCHESAN IMPLEMENTOS E MÁQUINAS AGRÍCOLAS "TATU" S.A.

Av. Marchesan, 1979 - Caixa Postal 131 - CEP 15994-900 - MATÃO - SP - BRASIL
Fone: (16) 3382.8282 - Fax: (16) 3382.3316 (Vendas: 3382.1009 - Exportação: 3382.1003)
CNPJ (MF): 52.311.289/0001-63 - Inscrição Estadual: 441.000.151.114
www.marchesan.com.br - email: tatu@marchesan.com.br



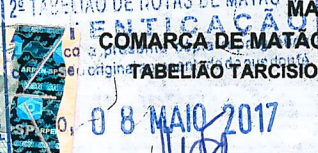
MARCHESAN



União Internacional
do Notariado Latino
(Fundada em 1948)



2º TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS



2º TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS
MATÃO - SP
COMARCA DE MATÃO - ESTADO DE SÃO PAULO
TABELIÃO TARCISIO ALVES PONCEANO NUNES
08 MAIO 2017



Livro 281

TRASLADO

Páginas 387/390

PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ: MARCHESAN IMPLEMENTOS E MÁQUINAS AGRÍCOLAS "TATU" S.A.

Aos quatro (04) dias do mês de maio (05) do ano de dois mil e dezessete (2017), nesta cidade e comarca de Matão, Estado de São Paulo, neste 2º Tabelionato de Notas e perante mim, Márcia Regina Paiola, Escrevente Autorizada, que esta escreve, e o Tabelião, Tarcisio Alves Ponceano Nunes, que esta ao final subscreve, compareceu como outorgante: **MARCHESAN IMPLEMENTOS E MÁQUINAS AGRÍCOLAS "TATU" S.A.**, sociedade anônima fechada com sede, foro e domicílio nesta cidade, na Avenida Marchesan, nº 1.979, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 52.311.289/0001-63 (Matriz), NIRE sob o nº 35300018371 (Matriz), com o seu Estatuto Social datado de 20/12/1977, devidamente registrado na JUCESP sob o nº 704.742, aos 02/03/1978, alterado pela Assembléia Geral Extraordinária realizada em 14/01/2011, cuja Ata foi devidamente registrada na JUCESP sob o nº 032.593/11-9, em 21/01/2011, e, pela Assembléia Geral Extraordinária realizada em 07/05/2014, cuja Ata Sumária foi devidamente registrada na JUCESP sob o nº 219.387/14-0, em 06/06/2014, tendo sido apresentada, neste ato, a Ata da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração realizada em 27/04/2017, que autorizou a outorga desta Pública Procuração, ainda não registrada na JUCESP, o que será feito oportunamente, e que encontram-se devidamente arquivados nestas Notas, juntamente com o seu Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral no CNPJ/MF e com a sua Ficha Cadastral Completa datada de 03/05/2017, expedida pela Junta Comercial do Estado de São Paulo, órgão vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação do Governo do Estado de São Paulo, na pasta nº 31, fl. 05, neste ato representada por seus diretores sem designação específica: **AFFONSO GUILHERME MACCAGNAN**, brasileiro, casado, industrial, portador da cédula de identidade RG nº 1.237.474-SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 516.882.808-63, residente e domiciliado nesta cidade, na Rua Cesário Mota, nº 873, Centro; e, **SILVIO PERUQUETTI**, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.320.758-SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 099.027.178-10, residente e domiciliado nesta cidade, na Rua José da Cunha, nº 446, Park do Imperador, nos termos da Ata da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração realizada em 23/06/2016, devidamente registrada na JUCESP sob o nº 310.428/16-6, em 14/07/2016, e que fica devidamente arquivada nestas Notas, juntamente com os documentos antes mencionados; os presentes capazes e reconhecidos como sendo os próprios de que trato, através dos documentos de identidade a mim apresentados nos seus originais e que estão acima mencionados, do que dou fé. Então, pela outorgante, na forma como está representada, me foi dito que, por este público instrumento e nos melhores termos de direito, nomeia e constitui por seus bastantes procuradores, os Srs. **TIAGO EDUARDO SCHIMICOSKI**, brasileiro, casado, contador, portador da cédula de identidade RG nº 30.901.983-7-SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 286.656.078-70, residente e domiciliado nesta cidade, na Avenida Tiradentes, nº 1721, Bairro Alto; e, **RONALDO RAFAEL BIN**, brasileiro, casado, gerente financeiro, portador da cédula de identidade RG n. 17.424.047-SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 084.171.878-47, residente e domiciliado na cidade de Araraquara-SP, na Rua Américo Brasiliense, nº 1.125, Apartamento nº 102 - Bloco 02; aos quais confere os mais amplos, gerais e ilimitados poderes da cláusula "**AD NEGOTIA**", para representar a ora outorgante ativa e passivamente, **agindo, obrigatoriamente um procurador sempre em conjunto com um Diretor, ou, excepcionalmente, no caso de ausência de ambos os Diretores, em conjunto com outro procurador, com acompanhamento e concordância do Departamento Jurídico da outorgante**, e praticarem os seguintes atos, à saber: 1) representar a sociedade ativa e passivamente, em juízo ou fora dele; 2) nomear advogados, conferindo-lhes os poderes indispensáveis para representar a ora outorgante em juízo ou fora dele e requerer à quem de direito: ações e respostas, reconvenção, contestação e exceções, de natureza civil, criminal, comercial, administrativa, trabalhista, tributária e outras, bem como, opor embargos de qualquer espécie, alegando como autor, réu, opoente, assistente ou litisconsorte, podendo variar delas, confessar, transigir, efetivar acordos, desistir, dar e receber



05692602191136.000020832-1

P:07688 R:001832

RUA JOSÉ BONIFÁCIO 1171 - CENTRO
MATÃO SP CEP 15990-040
FONE: 16-33849276 FAX: 16-33849824



quitaação, firmar compromissos; interpor recursos em Primeira e Superiores Instâncias e arrazoá-los, contra-arrazoar os recursos interpostos, fazer declarações preliminares e outras declarações que se fizerem necessárias, outorgando, ainda os poderes para a prática de todos os atos e termos processuais das cláusulas "ad judicium e et extra" não defesos em lei; 3) constituir procuradores, prepostos, agentes, representantes ou intermediários, outorgando-lhes os poderes com a cláusula "ad negotia" e outros poderes mais especiais que lhe forem necessários para cada caso, dede que não defesos em Lei; 4) representá-la perante as Repartições Públicas Federais, Estaduais, Municipais e em quaisquer de suas Autarquias, em suas Secretarias e Departamentos; Cartórios de Registro de Imóveis, Cartórios de Notas e de Protesto de Letras e Títulos, Cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas, Cartórios de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas, Cartórios Eleitorais, Pessoas Jurídicas de Direito Público ou Privado, Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), INCRA, Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, Receita Federal do Brasil, onde poderá prestar declarações e justificações, fazer retificações, regularizar CPF/MF, requerer o que for preciso, recorrer, apresentar provas e documentos, preencher e assinar os respectivos formulários, declarações e requerimentos; representá-la perante a Polícia Federal, Justiça do Trabalho, Sindicatos de Classe, Companhias Telefônicas, DETRAN, CIRETRAN, Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP), Carteira de Comércio Exterior (CACEX), a fim de regularizar documentos, requerer e promover registros que se fizerem necessários; representá-la em todos os Órgãos ou Departamentos de Trânsito na esfera municipal, estadual e federal, Prefeituras Municipais, Ministérios, Alfândegas, Consulados e Embaixadas, Companhias de Seguro, Institutos, Sociedades de Economia Mista, Repartições Postais ou Telegráficas, Aeroviárias, Paraestatais, Radiofônicas de Televisão, e onde com esta se apresentar e se fizer necessário, podendo para tanto: juntar e retirar documentos; apresentar e assinar quaisquer guias; requerer certidões, alvarás diversos, autorizações e demais documentos; promover, acompanhar e dar andamento em processos; pedir vistas; cumprir exigências; alegar, promover, recorrer, requerer, preencher guias, papéis, documentos e receber quaisquer valores, dando as respectivas quitaações, e assinar o que for preciso; 5) movimentar contas e valores da sociedade, de qualquer natureza que sejam, junto à qualquer Banco ou Estabelecimento de Crédito, Cooperativa de Crédito, inclusive junto à Empresas de Fomento Mercantil, podendo firmar os contratos de abertura de contas, abrir, encerrar e movimentar contas, com todas as cláusulas, condições e demais cominações de direito; contrato de conta garantida; contrato de mútuo; contrato de capital de giro e demais contratos bancários; assinar, emitir e endossar cheques e/ou ordens de pagamento/transferência; assinar Contratos de Câmbio, Cartas de Créditos, fazer depósitos e retiradas por todos os meios admitidos pelas agências creditícias; requerer saldos, extratos de contas e talões de cheques para uso exclusivo da firma outorgante, autorizar débitos em contas e assinar toda correspondência bancária dando instruções sobre títulos, autorizando abatimentos, descontos, prorrogações de vencimentos, entregas de franco de pagamento, protestos e o que mais for preciso; emitir, assinar, endossar e avalizar duplicatas, notas promissórias, cédulas de crédito bancário e quaisquer outros títulos, levando-os para a cobrança bancária, descontando-os, assinando os respectivos contratos, propostas e borderôs; podendo, também, representar a outorgante perante as Empresas de Fomento Mercantil, em Contratos de Fomento Mercantil e respectivos aditivos, Contratos de Compra de Matéria-Prima e respectivos aditivos, bem como, assinar títulos de crédito de qualquer natureza a eles vinculados, nos quais seja exigida a prestação de garantia da outorgante em favor dela mesma ou de empresas por ela controladas; 6) aceitar duplicatas, títulos, letras de câmbio, promissórias, recibos, termos de responsabilidade, notas de compra e venda, ou outros quaisquer documentos fiscais; 7) firmar compromissos e receber citações, mesmo as iniciais, sempre na defesa dos direitos sociais, na forma da Lei e do Estatuto Social da ora outorgante; 8) comprar e vender mercadorias, matérias-primas ou produtos, recebendo-os em consignação ou por conta de terceiros; acordar preços, prazos, condições e formas de pagamentos; efetuar pagamentos e receber quitaações; receber quantias e dar quitaações; autorizar a emissão de notas fiscais e guias de recolhimento de impostos; oferecer garantia e entregar a mercadoria; 9) orientar e supervisionar os serviços de escritórios, em geral da própria fábrica ou indústria; 10) inspecionar e dirigir pessoalmente ou por prepostos todas as dependências, departamentos ou extensões sociais; 11) controlar, supervisionar,

2º TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS

MATÃO - SP

COMARCA DE MATÃO - ESTADO DE SÃO PAULO

TABELIÃO TARCISIO ALVES PONCEANO NUNES

pedir prestação de contas e acompanhar movimento das filiais, agências, escritórios, depósitos e representações da sociedade; 12) admitir, contratar, dispensar ou demitir empregados, prepostos, agentes, viajantes, representantes e que o mais preciso for, fixando-lhes os respectivos salários, ordenados, comissões, vantagens, percentagens, remunerações, ajuda de custas e outros proventos; 13) nomear e constituir procuradores, onde e quando for necessário, com mandatos que expressem poderes específicos para cada ato, situação ou ocasião em que serão utilizados; 14) receber quaisquer valores ou quantias em favor da sociedade, à qualquer título ou origem, assinando os competentes instrumentos, contratos e recibos; recebendo, aceitando e endossando cheques, duplicatas, cambiais e promissórias sempre na defesa dos interesses sociais; efetuando qualquer pagamento, aceitando e outorgando quitações e recibos em nome da sociedade, podendo, inclusive fazer acordos, transigir, pleitear direitos ou renunciá-los; 15) requerer perante qualquer agente de Registro, e qualquer Autoridade Certificadora filiados à rede ICP-Brasil, podendo, para tanto, praticar atos relativos a validação e solicitação de qualquer certificado digital, assinar termos de titularidade, declarações, recibos, apresentar quaisquer documentos necessários, nominar e alterar senhas e o que mais necessário for; e, 16) perante Cartórios em geral, em especial Cartórios de Protesto de Letras e Títulos, podendo assinar requerimentos, retirar títulos protestados, levar e promover o protesto de títulos, assinando requerimentos ou outros documentos que se fizerem necessários, pagar títulos e retirá-los; enfim, praticar todos os atos tendentes ao perfeito cumprimento do presente mandato, dando tudo por bom, firme e valioso, sendo vedado o seu substabelecimento. O PRESENTE MANDATO TERÁ VALIDADE DE (01) UM ANO, À CONTAR DESTA DATA. Assim o disse e dou fé. A pedido da outorgante, na forma como está representada, lavrei a presente procuração pública, que lida e achada em tudo conforme outorgou, aceitou e assina. Eu, (a) (Márcia Regina Paiola), Escrevente Autorizada, digitei. Eu, (a) (Tarcisio Alves Ponceano Nunes), Tabelião, conferi, subscrevo e assino. (aa) AFFONSO GUILHERME MACCAGNAN, representando a sociedade anônima fechada MARCHESAN IMPLEMENTOS E MÁQUINAS AGRÍCOLAS "TATU" S.A. e SÍLVIO PERUQUETTI, representando a sociedade anônima fechada MARCHESAN IMPLEMENTOS E MÁQUINAS AGRÍCOLAS "TATU" S.A. Nada mais. Trasladada em seguida. (custas e contribuições devidas recolhidas por guia Dare-SP). Eu, Tarcisio Alves Ponceano Nunes, Tabelião, conferi, subscrevo e assino em público e raso.

2º TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO
DE LETRAS E TÍTULOS DE
MATÃO - SP

Tarcisio Alves Ponceano Nunes
Tabelião

Rua José Bonifácio, nº 1.171
Centro - Matão - SP
Telefones: (16) 3384-9276 / 3384-9824
e-mail: stabeliao@uol.com.br

Em test. da verdade

TARCISIO ALVES PONCEANO NUNES
- Tabelião -

Valor cobrado pela procuração	
Lei Estadual nº 11.331/2002	
Emols.	R\$ 127,53
Secr. Fazenda	R\$ 36,24
IPESP	R\$ 24,80
ISSQN	R\$ 6,37
Sinoreg	R\$ 6,71
Trib. Justiça	R\$ 8,75
Min. Público	R\$ 6,12
Santa Casa	R\$ 1,28
TOTAL	R\$ 217,80



Matão, 08 MAIO 2017

Valor cobrado pelo at. 112433

Corina Lina M. de Almeida Neto
Erika Wetzler de Menezes Buro
Giovanna Maria L. Ponceano Nunes
Larissa Paíola M. M. Merens
Nelson José Ferro
Thais Marieli Pauletti Waitman



05692602191136.000020833-0

P:07688 R:001833

RUA JOSÉ BONIFÁCIO 1171 - CENTRO
MATÃO SP CEP 15990-040
FONE: 16-33849276 FAX: 16-33849824

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL - QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO

União Internacional
do Notariado Latino
(Fundada em 1948)

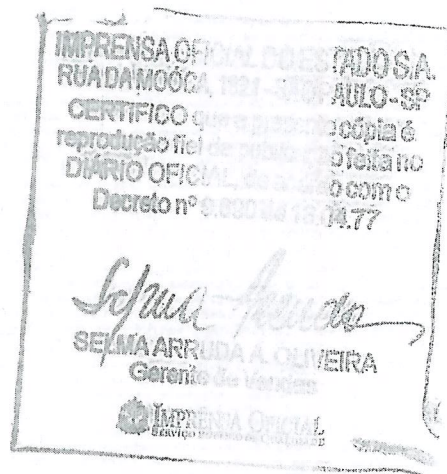
EM BRANCO

EM BRANCO

C G C 52.311.289/0001 - 63

[illegible]

(CrS 5.616,00)



CNPJ/MF 52.311.289/0001-63 - NIRE 35300018371

[illegible][illegible]

EM BRANCO

EM BRANCO

C.N.P.J. n.º 18.459.628/0001-15 - NIRE n.º 35.300.338.413

Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A.

Allocation S/A

LUPATECH **Lupatech S.A.**

Plano de Saúde Ana Costa Ltda.

CNPJ nº 02.864.364/0001-45

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE
RODAGEM DO ESTADO DE SÃO PAULO

Portel do Brasil S/A

CNPJ/ME nº 07.015.184/0001-02 / NIRE 35.300.318.03

**Lazam-MDS Corretora e
Administradora de Seguros S.A.**

CNPJ/MF nº 48.114.367/0001-62 - NIRE 35.300.335.228

Bonaire Participações S.A.

Sig. Abstra. CNPq/ME nº 02.113.801/0001-67 - NIRE 35.300.152.697

CFL Participações S.A.

CNP/ME nº 60.078.045/0001-00

A Nota 7. Investimentos - Item a), inserido nas Notas Explicativas do Balanço 2013 da CFL Participações S.A., publicado em 03/06/2014, passa a ter a seguinte redação:

7. INVESTIMENTOS
As principais informações sobre os investimentos da CFL Participações S.A. em participações societárias são como segue:

a) **Posição dos investimentos**

Em 30 de julho de 2013, a CFL Participações cedeu seus investimentos na Vicunha S.A. e na CIPLA Serviços e Empreendimentos Imobiliários Ltda., para à Taquari Participações S.A., nos respectivos valores R\$ 45.611 e de R\$ 6.443.

Empresas	Ações ou quotas quantidades	Partici- pação percentual	Patrimô- nio líquido
Elizabeth S.A. Indústria Têxtil	62.669.546.215	14,98971	913.027
Taquari Participações S.A.	74.023.117	13,64744	942.086
Itacumbi Agrícola e Part. Ltda.	13.375.996	99,99999	4.066
Vicunha Participações S.A.	1.017.975.988	39,31070	635.358
Vicunha Têxtil S.A.	1.274.652	3,01232	1.107.071
Vicunha Steel S.A.	88.994.554	39,99999	2.798.108
National Steel S.A.	124	45,00000	706.897
Rio Grande Contractors LLP		45,00000	24.636

Rio Grande Contratadora Lda		45,0000%	240.000
Pinhal Administração e			
Participação Ltda.	4.081.768	64,9930%	10.052
Triunfo Florestal Ltda.	54.000	45,0000%	158

EDITAL DE CONVOCAÇÃO À ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
 O Conselho Fiscal da Associação dos Jornalistas e Editores de Notícias do Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ nº 06.940.240/0001-00, com sede na Rua do Carmo, nº 10, 2º andar, Centro, Município de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, convoca a Assembleia Geral Ordinária para o dia 24 de Junho de 2014 às 14 (quatorze) horas, em primeira convocação, a Av. Redenção, No. 450- Jardim do São Mateus do Campo, SP, a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: A) Leitura, Discussão e Votação da Ata da Assembleia anterior; B) Parecer do Conselho Fiscal sobre o Relatório da Diretoria e Balanço do Exercício de 2013. Não havendo, na hora acima indicada, número legal de Associados, para a instalação dos trabalhos em primeira convocação, a Assembleia será realizada uma hora após, no mesmo dia e local, em segunda convocação com qualquer número de Associados presentes.

São Bernardo do Campo, 13 de Junho de 2014.
ROBERTO ALVES DA SILVA - Presidente

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 14/06/2014 15:48:57

Nº da Série do Certificado: 92595ACB715A4E2998EB7C599AD0B46354A9D3E5

[Ticket: 20028539] - www.imprensaoficial.com.br

imprensa oficial

SELO DE AUTENTICIDADE

8/ Março 22 FEB 20

Malao, 22 FEB. 20

do *Massell*

☐ Corina Lina M. de Lima M.

Erika Wetterich Dominguez
Cleveland, Ohio

Larissa Patola M. M. More

☐ Nelson José Ferro

Val ☐ Thais Marieli Pauletti Wai

1. *Journal of the American Medical Association*, 1997; 278: 1019-1024.

EM BRANCO

EM BRANCO

VR3 Participações S.A.

CNPJ/MF nº 05.458.497/000-01

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Srs. Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação dos Srs. acionistas e aos demais interessados as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findos em 31/12/2011 e 2010

BALANÇOS PATRIMONIAIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de Reais)						DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/11 E 2010 (Em milhares de Reais)			
ATIVO	2011	2010	PASSIVO	2011	2010		2011	2010	
CIRCULANTE	247	251	CIRCULANTE	982	111	DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS.	(2.409)	(1.024)	
Caixa e bancos (nota 4)	41	45	Contas a pagar (nota 8)	154	103	Gerais e Administrativas	(2.409)	(1.020)	
Débitos tributários (nota 5)	202	205	Obrigações Fiscais	2	8	Despesas Financeiras Líquidas	(6)	(4)	
NÃO CIRCULANTE	311.065	324.372	Acréscimos recebíveis	826	-	OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS	32.281	36.032	
Créditos com entidades ligadas	-	1	NÃO CIRCULANTE	37.408	36.739	Resultado da Equivalência Patrimonial	32.281	35.320	
Investimentos (nota 6)	310.514	323.440	Obrigações com pessoas ligadas (nota 9)	37.408	36.739	Outras Receitas Operacionais	252.167	252.167	
Imobilizado (nota 7)	551	931	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	272.922	287.773	RESULTADO OPERACIONAL	29.871	35.008	
			Capital social (nota 10)	252.168	252.168	RESULTADOS NÃO OPERACIONAIS	497	-	
			Ajuste de avaliação patrimonial	102.267	150.197	Resultado na venda de imobilizado	498	-	
			Prejuízos acumulados	(81.513)	(114.592)	Despesas não operacionais	(1)	-	
TOTAL DO ATIVO	311.312	324.623	TOTAL DO PASSIVO	311.312	324.623	LUCRO ANTES DO IMPRÓCSIL	30.368	35.008	
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2011 E 2010 (Em milhares de Reais)						LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	30.368	35.008	
Saldo em 31 de dezembro de 2009	252.168	-	Capital social	150.197	Total	Quantidade de Ações do Capital Social	252.167.900	252.167.900	
Distribuição de Lucros	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	(149.117)	253.248	Resultando Líquido por Ação em R\$	0,12	0,14	
Lucro do exercício	-	-	Investimentos -	(483)	(483)	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FIN-			
Saldo em 31 de dezembro de 2010	252.168	-	-	35.008	35.008	DOS EM 31/12/2011 E 2010 (Em milhares de Reais)	2011	2010	
Realização parcial da reserva	-	-	150.197	(46.513)	287.773	Atividades Operacionais	(1.532)	(74)	
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	(1.416)	-	(1.416)	Lucro do período	30.368	35.008	
Lucro do exercício	-	-	-	2.711	2.711	Venda de custo do imobilizado vendido	143	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2011	252.168	-	-	30.368	30.368	Depreciações e amortizações	238	238	
			102.268	(81.513)	272.923	Resultado da equivalência patrimonial	(32.281)	(35.320)	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2011 E 2010 (Em milhares de Reais)									
1. Contexto Operacional - A VR3 Participações S.A. é uma sociedade por ações, de capital fechado, constituída em 1º de dezembro de 2002, tendo como principal objetivo social a participação direta ou indireta, ostensiva ou não, majoritária ou não, em sociedades brasileiras ou em operações destas. 2. Apresentação das demonstrações Financeiras - As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com observância das práticas contábeis no Brasil, as quais abrangem a legislação societária e os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade, com as exceções evidenciadas nestas notas explicativas 3. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras - O processo de elaboração das Demonstrações Financeiras envolve a utilização de estimativas contábeis. Essas estimativas foram baseadas em fatos operativos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas Demonstrações Financeiras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras. Os ativos e passivos cuja realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses são classificados como circulares e os demais são demonstrados como não circulares. As Demonstrações Financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicada. As principais diretrizes contábeis adotadas foram as seguintes: a) Apuração do resultado - O resultado das operações foi apurado em conformidade com o regime contábil de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização; b) Investimentos - Os investimentos em controladas foram avaliados por equivalência patrimonial. Os demais investimentos permanentes foram avaliados ao custo de aquisição deduzido de provisão para redução do valor recuperável, quando aplicável; c) Imobilizado e depreciação - O imobilizado foi registrado ao custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear à taxas compatíveis com o prazo de vida útil dos bens; d) Demais ativos circulantes e não circulares São apresentados pelo custo de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, variações monetárias e cambiais auferidos ou, no caso de despesas antecipadas, ao custo; e) Passivos: Foram reconhecidos no balanço patrimonial nos casos em que a Companhia possui uma obrigação legal ou resultante de eventos passados, sendo provido que recursos econômicos sejam requeridos para liquidá-los; f) Tributações sobre o lucro: A Companhia não apurou Lucro Real nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 e nem Base de Cálculo positiva da Contribuição Social sobre o lucro; g) Redução ao valor recuperável dos ativos: Periodicamente a Companhia verifica se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Quando o valor residual do ativo excede o valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (impairment). A Companhia não identificou fatos que justificassem a redução do valor de ativos ao valor de recuperação (impairment) 4 - Caixa e Bancos: Registrava valores com disponibilidade líquida, depositados em instituições bancárias nacionais. 5 - Créditos Tributários. Corresponde principalmente a antecipações (estimativa mensal) do IRPJ e da CSLL sem como saldos negativos de períodos anteriores. 6 - Investimentos - O principal item incluído nesta rubrica refere-se à participação na controlada Lagense S.A. Administração e Participação que apresenta as seguintes características:									
Investimento em	2011	2010	Investimento em	2011	2010	Redução de custos de caixa	1.495	520	
Investimento na Lagense S.A.(exercício anterior)	189.149	153.289	Equivalência patrimonial	33.488	35.320	Caixa e equivalente de caixa no final do Período	(
Investimento ajustado pelo MEP	222.637	189.149	Investimento ajustado pelo MEP	102.268	150.197	Caixa e equivalente de caixa no início do Período	45	124	
Reavaliação do investimento	102.268	150.197	Reavaliação do investimento	102.268	150.197	Redução do Caixa e Equivalentes de Caixa	(4)	(79)	
Ossão no investimento	(15.342)	(15.342)	Ossão no investimento	(15.342)	(15.342)	7 - Imobilizado: É assim demonstrado			
Total do investimento na Lagense S.A.	306.563	323.004	Total do investimento na Lagense S.A.	306.563	323.004				
Outros investimentos	1.951	436	Outros investimentos	1.951	436	Taxa Depre. % aquisição	Depre. Saldo Residual		
310.514	323.440	310.514	323.440	310.514	323.440	Computadores e Periféricos	20 30 (30)	92 127	
O resultado da equivalência patrimonial na controlada Lagense S.A. foi as-						Veículos e Utensílios	10 1.485 (1.030)	459 593	
sí apurado:						Outros	10 -	-	211
Patrimônio líquido da Lagense S.A.	2011	2010	Patrimônio líquido da Lagense S.A.	2011	2010				
Capital Social	520.000	520.000	Capital Social	520.000	520.000	1.725 (1.174)	551 931		
Reserva de Reavaliação	208.651	210.074	Reserva de Reavaliação	208.651	210.074	8 - Contas a pagar - Em 2011 corresponde a notas promissórias a pagar (104) e outras contas a pagar (50). 9 - Obrigações com pessoas ligadas (não circulante): Corresponde às obrigações com o acionista Robert Carlos Lyra (em 2011 = R\$ 37.398 e em 2010 = R\$ 36.689) e com a empresa ligada RCL Participações S/A (50). 10 - Capital Social - O capital social da VR3 em R\$ 252.167.900,00, dividido em 252.167.900 ações Ordinárias Nominais no Valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, São Paulo, 19/10/2012			
Reserva de Lucros	1.397	1.397	Reserva de Lucros	1.397	1.397				
Lucros/Prejuízos acumulados	(73.344)	(140.815)	Lucros/Prejuízos acumulados	(73.344)	(140.815)				
595.614	595.614	595.614	595.614	595.614	595.614				
Patrimônio líquido ajustado	447.963	380.582	Patrimônio líquido ajustado	447.963	380.582				
Participação da VR3 S.A.	49,70%	49,70%	Participação da VR3 S.A.	49,70%	49,70%				
Investimento ajustado pelo MEP	222.637	189.149	Investimento ajustado pelo MEP	222.637	189.149				
Investimento exercício anterior	189.149	153.829	Investimento exercício anterior	189.149	153.829				
Resultado da Equivalência	33.488	35.320	Resultado da Equivalência	33.488	35.320				
Equivalência em outros investimentos	(1.207)	-	Equivalência em outros investimentos	(1.207)	-				
Total do Resultado da Equivalência	32.281	35.320	Total do Resultado da Equivalência	32.281	35.320				
Robert Carlos Lyra - Diretor-Presidente									
Rodrigo Soriano Lyra - Virginia Soriano Lyra - Renata Soriano Lyra									
Diretor Diretora Diretora									
Marco Aurélio Rogério Franco - Contador - CRC 1SP/276/O-5									

BR Properties

BR Properties S.A.
"Companhia Aberta"

CNPJ nº 06.977.151/0001-49 - NIRE 35.300.316.592

FATO RELEVANTE

BR Properties S.A. ("Companhia") (BRRP3), companhia aberta, vem à público informar, nos termos da Instrução CVM nº 358/02, conforme alterada; (i) em continuidade ao fato relevante divulgado em 23/11/2012, que concluiu, nesta data, a aquisição da totalidade do centro logístico e de distribuição objeto da matrícula nº 31.512 do 2º Cartório de Registro de Imóveis de Jundiá, Estado de São Paulo; e (ii) que sua controlada BRRP 4 A, ~~Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda.~~ (CNPJ nº 06.977.151/0001-49), localizada no endereço – Salobruçu, Brasilândia, SP, República, quadragésimo do localidade rural BR 0107 objeto do Bloco D do imóvel Centro Empresarial São Carlos, localizado na Cidade de São Paulo, 13 de dezembro de 2012, **cancelado**.

Pedro Daniel Sales ~~pessoa física~~ **representante** do que se outorga,
Diretor de Relações com Investidores

Matão, **22 FEV. 2017**
[Assinatura]
Carolina Lima M. de Lima Meio
Grianna Wetzel Rodrigues Puro
Erikovana Maria L. Ponciano Nunes
Larissa Patola M. M. Moreno
Nelson José Ferro
Thais Marieli Pauletti Waitman

EM BRANCO

EM BRANCO

EM BRANCO

EM BRANCO

DOC. 02

SENADO FEDERAL
COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
DA PREVIDÊNCIA SOCIAL – CIPREV
AUDIÊNCIA PÚBLICA EM 29 DE JUNHO DE 2017

PERGUNTAS DO RELATOR PARA Dr. Benedicto Celso Benício Júnior, Representante da Marchesan Implementos e Máquinas Agrícolas Tatu S.A

1) A Marchesan Implementos e Máquinas Agrícolas Tatu S.A. é, das empresas aqui representadas, a que possui a menor dívida com a previdência. Não obstante isso, esse débito, conforme apontado pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, atinge o vultoso montante de R\$ 757 milhões, dos quais R\$55,12 milhões na modalidade “**parcelado**”. Em relação a esse débito, pergunto a Vossa Senhoria:

- a) Essa dívida se formou tendo em vista divergência de entendimento sobre a aplicação da legislação tributária entre a empresa e a Receita Federal ou decorreu da incapacidade da empresa em honrar os compromissos previdenciários?
- b) Foram oferecidas garantias ao fisco para o pagamento dessa dívida?

2) A **Marchesan Implementos** ainda consta como devedora de R\$ 701,95 milhões na modalidade “ **não parcelados**”, vinculados à débitos com a seguridade social, assim discriminados: CSLL: R\$ 3,16 milhões, COFINS: R\$ 171,24 milhões, PIS/PASEP: R\$ 28,95 milhões e Contribuições Previdenciárias R\$ 498,59 milhões.

Pergunto a Vossa Senhoria:

- a) Vossa Senhoria poderia informar que percentual desses débitos não parcelados se encontram em contencioso administrativo e qual em discussão judicial?
- b) Quais são, em síntese, as fundamentações jurídicas que a **Marchesan Implementos** se embasa para entender não serem devidos os valores cobrados pela Receita Federal?
- c) O que justifica a **Marchesan Implementos** ter uma dívida com a previdência social tão alta ?
- d) A **Marchesan Implementos** já participou de algum programa de recuperação fiscal-REFIS ?
- e) Nas dívidas previdenciárias em discussão judicial, quais são as principais discordâncias da **Marchesan Implementos** em relação à fundamentação das cobranças da Receita Federal ?

3) A maior parte da dívida da **Marchesan Implementos** com a seguridade social, o total de R\$ 498,59 Milhões é representada por Débitos Previdenciários não parcelados.

- a) Qual é a controvérsia jurídica que ocasionou o acúmulo de uma dívida tão grande de débito previdenciário?
- b) Em que fase se encontra essa discussão – administrativa ou judicial?
- c) Os débitos da **Marchesan Implementos** inscritos na dívida ativa contam com garantias para honrar seu pagamento?
- d) No caso específico da Previdência, que representa a maior parte da dívida da **Marchesan Implementos**, a pretensão jurídica defendida pela empresa está de acordo com a jurisprudência dominante nos tribunais em relação à matéria?

